

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

CONTRA RAZÃO

AO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

Av: Vicente Simões, 1.111

Bairro: Nova Pousa Alegre

Pouso Alegre / MG

CEP: 37.533-465

Fone: (35) 3449-6150

E-mail: licitacao@ifsuldeminas.edu.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2021 – SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 23343.002038.2021-74

DATA: 20/10/2021

HORÁRIO: 10:00

ITEM Nº: 01.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR (A) PREGOEIRO (A)

A ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA, já qualificada nos autos em epígrafe, vem, tempestivamente, por seu representante legal, perante V. Sa., interpor CONTRA RAZÃO ADMINISTRATIVO com as inclusas razões, com fundamento no art. 11, XVII, do Decreto nº 3.555/00 c/c art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/02, expondo e requerendo o que segue:

DOS FATOS

A ora recorrente participou do certame em referência, cujo objeto da presente licitação é a eventual aquisição, mediante sistema de registro de preços, de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para renovação dos serviços de computadores e periféricos, para suportar os serviços oferecidos pela Diretoria de TI – DTI e pelos Núcleos de TI – NTI dos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, garantindo a continuidade das atividades administrativas, de áreas específicas (engenharia, comunicações, audiovisual, etc.) e de laboratórios de informática, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Todavia, tal recurso foi indevido, eis que a licitante ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO INFORMÁTICA LTDA atendeu ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, como restará fartamente demonstrado a seguir.

A licitante DRIVE A INFORMÁTICA LTDA - CNPJ 00.677.870/0001-08 manifesta e apresenta recurso administrativo conforme demonstrado abaixo:

“ III. DAS MOTIVAÇÕES PARA REFORMA DA DECISÃO

Como acima apontado, a proposta da recorrente foi equivocadamente classificada como vencedora para fornecimento dos equipamentos constantes do item 1. Entretanto, no presente caso a referida empresa não atende às seguintes regras entabuladas no instrumento convocatório:

III.I DA NÃO COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS ENTABULADAS

Inicialmente, cumpre-nos salientar que o edital foi claro ao prever que a proposta deveria ser elaborada com a descrição detalhada do objeto, nos termos do subitem 6.1.4 do Instrumento Convocatório:

“6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 Marca;

6.1.3 Fabricante;

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do TERMO DE REFERÊNCIA DE SOLUÇÃO DE TIC: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada”. (Negrito Nosso)

Não obstante, o Termo de Referência no seu subitem 12.6, ratifica a exigência acima mencionada de que deverá ser realizada a descrição DETALHADA do equipamento ofertado:

“12 - DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(...)

12.6 - DA PROPOSTA

A proposta comercial da licitante deverá conter, além de requisitos determinados no edital:

- Indicação do item para o qual foi feita a proposta;

- Indicação da marca, fabricante, modelo e código comercial do produto ofertado;
- Especificação do produto ofertado acompanhado, quanto aplicável, de check list de indicação de arquivo, item e página associados. Esta exigência é compulsória para os itens de 4.9.1 ao 4.9.11 e objeja facilitar a análise de propostas dos produtos de complexidade tecnológica;
- Prospectos / catálogos dos produtos ofertados preferencialmente em idioma português, que possibilitem a comprovação das especificações técnicas exigidas, também, neste projeto. Caso os prospectos técnicos não sejam suficientes para comprovar todas as exigências, a empresa a ser contratada poderá apresentar declaração do fabricante que ateste o atendimento dos requisitos especificados no item 4.9 deste documento. A falta dessa comprovação e a insuficiência dos prospectos / catálogos implicará na desclassificação.” (negrito nosso)

Diante disso, necessário se faz explicitar os pontos de não comprovação de atendimento pela recorrida:

III.1.1 DO NÃO ATENDIMENTO A EXIGÊNCIA DE INFORMAR O CÓDIGO COMERCIAL DO PRODUTO OFERTADO

Como foi devidamente solicitado no subitem 12.6, do Termo de Referência, o órgão requer que seja informado qual o código comercial do produto ofertado, pois desta maneira seria possível verificar qual produto a licitante está ofertando de fato e quais os seus componentes. Entretanto, não foi possível localizar junto a proposta comercial a comprovação de atendimento deste requisito conforme abaixo.

(Imagem extraída da proposta comercial da empresa Arquimedes Automação e Informática Ltda., pág. 03)

Ocorre que, da imagem acima podemos extrair apenas que o equipamento será o modelo Corporativo B. Esta nomenclatura é genérica e possui diversos modelos de placas mãe e com suporte a diversas gerações de processadores Intel Core, por exemplo, o que demonstra a importância de identificação do código comercial do produto ofertado, pois apenas através do nome do modelo do equipamento de maneira genérica como foi informado não é possível validar se de fato estão sendo atendidas as exigências neste certame.

Ou seja, como poderá a licitante comprovar o atendimento os requisitos técnicos, se não foi acostado a sua proposta documento comprobatório de atendimento às necessidades do órgão como exigido no edital e anexos?

III.1.2 DO NÃO ATENDIMENTO A EXIGÊNCIA CHECK LIST DE INDICAÇÃO DE ARQUIVO, ITEM E PÁGINA ASSOCIADOS

Não obstante, o Termo de Referência também exige, no item “4- DOS REQUISITOS DA SOLUÇÃO” (subitens 4.9.1 ao 4.9.11), de maneira expressa que, será compulsória, ou seja, que será obrigatório, conter o Check list de indicação de arquivo, item e página associados.

Ocorre que apesar da exigência entabulada, não foi possível localizar na documentação da recorrida nenhum Check list com indicação de arquivos, itens e páginas associadas para comprovação de atendimento aos itens deste edital.

Além disto, ao analisarmos a proposta da empresa recorrida, é possível verificar que se trata apenas de uma mera cópia do edital, não sendo a empresa declarada vencedora sequer capaz de alterar a conjugação verbal da sua proposta comercial, como podemos observar abaixo:

(imagem extraída da proposta comercial da empresa Arquimedes Automação e Informática Ltda, pág. 05)

Ao verificarmos esta imagem, não é possível extrair informações imprescindíveis sobre o equipamento e seus componentes, como por exemplo, se a BIOS é com reprogramação via software, se o software é licenciado para o equipamento, etc. Onde está a comprovação do fabricante do BIOS, comprovando que foi licenciado pelo fabricante do BIOS para o equipamento da Arquimedes?

Outro ponto que destacamos é que a proposta apresentada pela empresa Arquimedes não afirma que o produto ofertado ao ente será fornecido com uma licença do sistema operacional Microsoft Windows 10 Pro 64 bits, em Português do Brasil e tão somente descreve como “Deverá acompanhar o microcomputador uma licença do sistema operacional Microsoft Windows 10 Pro 64 bits, em Português do Brasil;”.

Ora nobre Pregoeiro, este equipamento realmente terá uma licença do sistema operacional Microsoft Windows 10 Pros 64 bits, em Português do Brasil? Como podemos concluir o atendimento a esse item se inexistente comprovação?

Além disto, foi requerido também que os equipamentos fossem entregues com o sistema operacional PRÉ-INSTALADO, juntamente com todos os drivers de adaptadores internos necessários para o perfeito funcionamento do microcomputador. Porém, na proposta apresentada pela empresa recorrida, não foi informado de maneira clara e precisa se estão ofertando o equipamento com o sistema operacional pré-instalado, demonstrando mais uma vez a cópia literal do Termo de Referência em sua proposta, pois consta como: “O sistema operacional deverá ser entregue pré-instalado, bem como, com todos os drivers de adaptadores internos necessários para o perfeito funcionamento do microcomputador”, como exibimos abaixo:

(Imagem extraída da proposta comercial da empresa Arquimedes Automação e Informática Ltda, pág. 07)

Já em relação às certificações solicitadas no edital, a empresa Arquimedes não apresentou as certificações TCO-03 ou superior, nem sequer similares, como por exemplo certificações Energy Star e RoHS, ou ainda, quaisquer certificações brasileiras equivalentes.

Além disso, em relação às certidões a proposta comercial da recorrida, consta apenas que “Deverá ser comprovada a certificação TCO-03 ou superior, bem como que conste no site www.epeat.net. Caso os equipamentos não possuam as certificações TCO-03 ou superior serão admitidas certificações Energy Star e RoHS ou, ainda, quaisquer certificações brasileiras equivalentes.”

Outrossim, podemos identificar também em diversos trechos da proposta que a empresa traz OPÇÕES em relação aos requisitos ofertados, senão vejamos:

“Gabinete deverá suportar a instalação mínima de 02 (duas) unidades de disco rígido, ambas internas ao mesmo;” – Texto copiado da Proposta Comercial da Arquimedes.

Qual é a real capacidade suportada?

“Com suporte para no mínimo 2 (dois) slots para memória RAM tipo DDR4 com capacidade combinada mínima de expansão 32 GB;”

“Mínimo de 1 (um) conector de áudio na parte frontal ou na parte traseira do gabinete;”

“Declaramos que equipamento ofertado, possui compatibilidade certificada com o Sistema Operacional Linux com qualquer distribuição em versões correntes como Ubuntu, Suse Linux Enterprise Desktop, Red Hat Linux ou Ubuntu Certified Hardware através de seus respectivos sites ou, ainda, mediante laudo de laboratório ou declaração do fabricante do equipamento de compatibilidade de instalação de todos os componentes básicos, inclusive drivers, do sistema operacional com Linux” (negrito nosso)

Desta forma, não é possível constatar qual a real capacidade suportada no equipamento ofertado. Além disso, em relação ao conector de áudio, não é possível identificar se a porta ofertada é frontal, traseira ou se possui ambas.

Já quanto ao sistema operacional Linux, não foi possível localizar nenhum documento comprobatório de atendimento à exigência junto a proposta da recorrente, portanto, qual é a real comprovação de atendimento a esta exigência? Visto que não foi acostado certificado de compatibilidade com todas as distribuições Linux informadas?

Para confirmar que há pontos que a licitante informa a oferta e há exigências que não comprovam o que vão entregar, insta pontuar o trecho abaixo do edital onde solicita 2.2GHz e mínimo 8MB e a recorrida informa a oferta. Porém, grande parte da sua proposta é texto copiado do edital sem informar o que realmente foi ofertado e onde comprovam. Vejamos como consta no edital e o que prevê em sua proposta para o equipamento:

"Possuir frequência de clock nominal de no mínimo 2.2GHz (não será aceito frequência com overclock ou turbo);",

"Possuir memória cache de no mínimo 8MB;";

"Padrão DDR4 ou superior, Frequência mínima 2400MHz equipado com no mínimo 8 (oito) Gigabytes, em 1 (um) módulo de 8 (oito) Gigabytes."

Como podemos observar, no exemplo acima a frequência ofertada foi de 2.4GHz, o cache de 12MB e a memória de 2600MHz, nesse sentido, a recorrida descumpriu claramente as exigências constantes do subitem 6.1.4 e 12.6 do Instrumento Convocatório, que previa a necessidade de descrição detalhada do objeto, com todas as informações similares às exigidas no edital, pois a proposta comercial apresentada não detalha quais os componentes que integram o equipamento que está sendo ofertado, ou seja, ao que tudo indica a oferta disponibilizada trata-se de uma mera cópia do instrumento convocatório, na qual sequer foram feitas alterações no tempo verbal, e consequentemente, fazendo com que a proposta fique eivada de dúvidas, induzindo inclusive em um julgamento a mais de um resultado.

Deste modo, não resta outra alternativa ao Ilmo. Sr. Pregoeiro que não seja a desclassificação da proposta da recorrida, vez que não atendeu às regras estabelecidas no edital e seus anexos.

III.II DO NÃO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS REFERENTE A PLACA PRINCIPAL DO MICROCOMPUTADOR

No texto da proposta da recorrida podemos obter as seguintes informações:

"Deverá ser disponibilizado para download os arquivos de restauração diretamente no site do fabricante com a devida demonstração em documentação de link para baixar aqueles arquivos. https://arquimedesmg.com.br/?page_id=2516"

"Deverá ser comprovado que o fabricante dos equipamentos ofertados possui banco de dados disponibilizado na Internet que permita obter a configuração de hardware e software ofertado, periféricos internos e drivers de instalação atualizados e disponíveis para download. https://arquimedesmg.com.br/?page_id=2516"

Ocorre que, verificando o link disponibilizado, temos a seguinte "comprovação":

(imagem extraída do link "https://arquimedesmg.com.br/?page_id=2516")

Ao baixar o Firmware e Bios disponibilizado na página acima, encontramos o arquivo mb_bios_b560m-aorus-elite_f6.zip, que quando descompactado, temos os seguintes arquivos internos:

(imagem extraída do arquivo "mb_bios_b560m-aorus-elite_f6.zip" do link "https://arquimedesmg.com.br/?page_id=2516")

Assim sendo, ao abrir o arquivo "efiflash SOP.pdf" temos a seguinte informação sobre o real fabricante do BIOS e da placa mãe ofertada pela recorrida:

(imagem extraída do arquivo "efiflash SOP.pdf" do arquivo zip "mb_bios_b560m-aorus-elite_f6.zip" do link "https://arquimedesmg.com.br/?page_id=2516")

Diante da confirmação é notório que a Arquimedes não é fabricante da placa mãe e do BIOS dos seus produtos, alguns pontos de exigência do Termo de Referência não estão sendo atendidos nesta proposta como veremos a seguir.

O Termo de Referência estabeleceu no subitem 4.9.1.5 as seguintes exigências em relação a placa principal do equipamento ofertado:

"4.9.1.5 PLACA PRINCIPAL Com suporte para no mínimo 2 (dois) slots para memória RAM tipo DDR4 com capacidade combinada mínima de expansão 32 GB; Chip de segurança padrão TPM (Trusted Platform Module), integrado a mesma, acompanhado de software para sua implementação e gerenciamento; Suportar boot por pendrive ou disco conectado a uma porta USB; Suporta boot via rede (PXE); Suporte ao padrão de barramento PCI Express x16. BIOS Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e unidade de armazenamento; Permitir a inserção de código de identificação do equipamento dentro da própria BIOS (número do patrimônio / número de série). Serão aceitas BIOS com reprogramação via software desde que estes estejam devidamente licenciados para o equipamento e sejam disponibilizados para download no site do fabricante; BIOS em português ou inglês em conformidade com a especificação UEFI 2.1 ou superior (<http://www.uefi.org>), comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na categoria membros. (...)"

No entanto, tendo em vista que a recorrida não é a fabricante da placa mãe, necessário se faz a comprovação de atendimento dos requisitos acima mencionados, mediante apresentação de documentação oficial do fabricante da placa mãe, no qual demonstre o atendimento às exigências formuladas, não basta apenas a cópia textual do Termo de Referência em sua proposta. Fica demonstrado que não foi possível localizar tais comprovações acostadas à proposta formulada.

Além disso, quanto a exigência de "BIOS Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e unidade de armazenamento;", temos que como é de conhecimento do mercado, as placas mães de livre comercialização que não são específicas para equipamentos de uso corporativo não possuem opção para que o usuário configure senha para unidade de armazenamento, e, como a Arquimedes não apresentou documento comprobatório de atendimento a esta exigência, conclui-se que a placa ofertada não atende aos requisitos estabelecidos.

Destaca-se também que o edital exigiu "Permitir a inserção de código de identificação do equipamento dentro da própria BIOS (número do patrimônio / número de série)". Serão aceitas BIOS com reprogramação via software desde que estes estejam devidamente licenciados para o equipamento e sejam disponibilizados para download no site do fabricante;", mas temos que as placas mãe de livre comercialização no mercado, que não são específicas para equipamentos de uso corporativo não possuem opção para que o usuário configure o número de patrimônio, e, mesmo que possa ser configurado via reprogramação por meio de software não foi disponibilizado o software em sua página para download ou apresentado declaração do fabricante do BIOS informando que o software está licenciado para ser fornecido com o equipamento da Arquimedes.

Por fim, a exigência "BIOS em português ou inglês em conformidade com a especificação UEFI 2.1 ou superior (<http://www.uefi.org>), comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na categoria membros.", não foi devidamente comprovada pela recorrida, tendo em vista a ausência de documentação comprobatória, desta forma, sem possibilidade de identificar qual idioma a BIOS possui, pois não fica claro na proposta da Arquimedes qual a versão do UEFI já que apenas copiou e colou o texto do Termo de Referência.

Diante do exposto, não restam dúvidas quanto a necessária desclassificação da recorrida, pelo não atendimento às regras entabuladas neste certame.

III.III DO NÃO ATENDIMENTO A EXIGÊNCIA REFERENTE A GARANTIA E SUPORTE PREVISTO NO TERMO DE REFERÊNCIA SUBITEM 4.9.1.12

Restou estabelecido no Termo de Referência, subitem 4.9.1.12 que o equipamento deveria possuir:

"Ferramenta de diagnóstico gratuito capaz de identificar problemas comuns de hardware (problemas com a CPU, memória, unidade de armazenamento, unidade óptica e placa gráfica) e software (identificar erros nos arquivos do sistema) sem a necessidade de entrar em contato com o suporte técnico; Página na internet com disponibilidade de atualizações e "hotfixes" de drivers, BIOS e firmware, manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções, configuração,

operação e administração; O licitante, durante o prazo de garantia, substituirá o equipamento ou parte defeituosa dele, sem ônus para o órgão;”

Entretanto, como exposto acima, a recorrida não é a fabricante da placa mãe e diante disso, faz-se necessário a comprovação de atendimento dos requisitos mencionados através de apresentação de documentação oficial do fabricante da placa mãe. Contudo, como podemos perceber, não há junto à documentação disponibilizada pela recorrida nenhum documento capaz de comprovar o atendimento a estas exigências.

Sabido é que não basta apenas a cópia textual das exigências nas propostas formuladas pelas licitantes, sendo dever destas a apresentação de documentação capaz de comprovar as informações constantes em sua oferta, motivo pelo qual deve a recorrida ser desclassificada.

III.IV DA NÃO ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO OFERTADO

Examinando a proposta da recorrida, podemos visualizar as seguintes informações:

(imagem extraída da proposta comercial da recorrida)

(imagem extraída da proposta comercial da recorrida)

Verificando o site da recorrida, é possível observar que o equipamento Corporativo B possui o mesmo nome de modelo para diversas gerações do processador Intel Core e de modelos de placa mãe diferentes para o mesmo equipamento, como detalhamos a seguir:

1. Equipamento Corporativo B que possui processadores da Intel da 2ª e 3ª geração com placa mãe ARQ-B77, com socket LGA 1155 e chipset Intel Q77: https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series_Intel/3_Gen/Corporativo_B_ARQ-Q77_Generico.pdf

2. Equipamento Corporativo B que possui processadores da Intel da 2ª e 3ª geração com placa mãe ARQ-B75-D3, com socket LGA 1155 e chipset Intel B75: https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series_Intel/3_Gen/Corporativo_B_ARQ-B75-D3_Generico.pdf

3. Equipamento Corporativo B que possui processadores da Intel da 8ª e 9ª geração com placa mãe ARQ-B360, com socket LGA 1151 e chipset Intel B360: https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series_Intel/8_9%20Gen/Corporativo_B%20_ARQ_B360_Basico.fw.pdf

4. Equipamento Corporativo B que possui processadores da Intel da 10ª geração com placa mãe ARQ-B460, com socket LGA 1200 e chipset Intel B460: https://arquimedesmg.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Corporativo_B-_ARQ_B460_Basico.fw_.pdf

Na proposta comercial da Arquimedes na página 1, consta a suposta oferta de “processadores da Intel da 10ª e 11ª geração com placa mãe ARQ-B560, com socket LGA 1200 e chipset Intel B560”.

Mas como podemos observar, o mesmo modelo possui diversas configurações com gerações bem diferentes de processadores suportados, diversos modelos de placas mãe utilizados, diversos modelos de chipset implementados, além de várias características diferentes como capacidade máxima de memória, número de slots de memória e PCIe e suas versões, frequência da memória suportada, quantidade de portas USB e suas versões, além de muitos outros pontos.

Nesse sentido, temos que a recorrida não observou o edital e seus anexos, ao não especificar de forma clara o equipamento que está ofertando e suas características, razão pela qual deve ser desclassificada deste certame.

III.V DA AUSÊNCIA DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS REFERENTES AO GABINETE/CHASSI

No item especificação da solução a contratar, no termo de referência restou estabelecido que:

1.1 GABINETE/CHASSIS Padrão Small Form Factor; Deve possuir sistema de resfriamento onde o fluxo de ar deve ser horizontal/linear, frontal/traseiro, ou seja, deve ter entrada pela parte frontal do gabinete e saída pela parte traseira; A estrutura do gabinete (tampa superior) deverá suportar o peso do monitor durante a montagem na horizontal, sem desalinhamento da mesma; Deve possuir tratamento anticorrosivo; Deve atender ao padrão Tool-less. Gabinete deverá suportar a instalação mínima de 02 (duas) unidades de disco rígido, ambas internas ao mesmo; Possuir botão liga/desliga; Possuir indicadores luminosos de liga/desliga e de disco rígido em operação, ambos na parte frontal; Deve possibilitar a instalação de cadeado (incluindo opção para padrão Kensington) ou lacre de segurança em slot ou trava externa específica de forma a impedir a abertura do gabinete; Deve possuir etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, e o número de série do equipamento; O gabinete não deve apresentar qualquer tipo de adaptação, após fabricado, para o atendimento às exigências deste Termo de Referência; O gabinete deverá permitir abertura para inspeção dos componentes sem prejuízos a garantia.

Entretanto, ao visualizar a documentação comprobatória temos que os links do Corporativo B que foi possível encontrar disponível no site da Arquimedes, traz a informação de que o gabinete ARQ-127 ofertado possui denominação de Mini Torre/Torre. Ou seja, o modelo de gabinete Small Form Factor disponível é referente a outro modelo, o que evidencia o desatendimento à exigência de que o gabinete possui “padrão small form”.

(imagem extraído do link “https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series_Intel/3_Gen/Corporativo_B_ARQ-Q77_Generico.pdf”)

(imagem extraído do link “https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series_Intel/3_Gen/Corporativo_B_ARQ-B75-D3_Generico.pdf”)

(imagem extraído do link “https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series_Intel/8_9%20Gen/Corporativo_B%20_ARQ_B360_Basico.fw.pdf”)

(imagem extraído do link “https://arquimedesmg.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Corporativo_B-_ARQ_B460_Basico.fw_.pdf”)

Como se não bastasse não ofertar um gabinete SFF o equipamento disponibilizado possui entradas e saídas de ar em locais não permitidos, como pode ser visto nas imagens dos documentos dos links que informamos nos gabinetes do equipamento:

Destarte, temos que a recorrida criou apenas um documento de acordo com as exigências constantes do edital e seus anexos, sem as devidas comprovações e especificações. Diante disso, destacamos que foi disponibilizado na proposta, através do link “https://arquimedesmg.com.br/?page_id=2516”, a seguinte informação no final da página:

Ao acessar o referido link, podemos verificar a existência de um equipamento distinto do que foi apresentado para esse certame. Diante disso, como podemos afirmar que os certificados apresentados são para um modelo/nome de equipamento? Qual a segurança do Instituto de que os certificados são direcionados para o hardware em que foram homologados?

Posto isto, não há como comprovar o atendimento às exigências requisitadas, sendo necessária a reforma da decisão proferida em cumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

III.VI DA NÃO APRESENTAÇÃO DAS CERTIFICAÇÕES REQUERIDAS

Por último, temos que o Termo de Referência exigiu apresentação das seguintes certificações para ter uma proposta válida:

“4.9.1.13 CERTIFICAÇÕES”

“Deverá ser comprovada a certificação TCO-03 ou superior, bem como que conste no site www.epeat.net. Caso os equipamentos não possuam as certificações TCO-03 ou superior serão admitidas certificações Energy Star e RoHS ou, ainda, quaisquer certificações brasileiras equivalentes. Estas comprovações podem ser feitas através de certificações emitidas por instituições privadas, pública oficial ou instituição credenciada.”

Portanto, sabendo que a proposta formulada pela ora vencedora está em desacordo com o estabelecido no edital, pedimos ao Ilmo. Sr. Pregoeiro que faça cumprir seu edital, seu regulamento interno e as leis, desclassificando a empresa declarada vencedora."

https://www.comprasnet.gov.br/pregao/pregoeiro/Acompanhar_Recurso3.asp?prqCod=980616&ipqCod=26479911&Tipo=CR&Cliente_ID=Argfor... 5/6

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

Também o renomado jurista Hely Lopes Meirelles, "in" Direito Administrativo Brasileiro, traz comentários sobre o tema:

"estabelecidas às regras do certame, tornam-se inalteráveis para aquela licitação, durante todo o procedimento."

Há que se considerar, ainda, o art.44, "caput", e §1º, da mesma Lei Federal nº 8.666/93, prescreve:

"Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei".

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes. "

É de conhecimento notório que o procedimento licitatório é formal, concretizado sob regime de direito público, o qual deve ser seguido em seus estritos termos, definidos tanto pela lei quanto pelo Edital, que se destina a garantir a aplicação do preceito constitucional que assegura igualdade de condições a todos os concorrentes e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

No mesmo sentido é o ensinamento do Professor Marçal Justen Filho, em Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

"O descumprimento às regras sobre 'condições de participação' acarretará a exclusão do licitante (inabilitação, se for o caso), por ausência de comprovação do preenchimento das condições do direito de licitar".

Com isso, conclui-se que o Edital, com todas as suas especificações referentes ao objeto deve ser rigorosamente obedecido, tanto pelos licitantes como pela Administração Pública.

Neste sentido averba Hely Lopes Meirelles, "in" Licitação e Contrato Administrativo, Malheiros, 11ª ed., pág. 31:

"... que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. (...)

Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e a forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. (...)

A documentação não pode conter menos do que foi solicitado, e as propostas não podem ofertar nem mais nem menos que o pedido ou permitido pelo edital."

Além disso, a própria Lei nº 8.666/93, determina no art. 3º:

"Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos."

Também o Dr. Jessé Torres Pereira Jr., "in" Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública, 4ª edição, pág. 36, ensina sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório:

"o da vinculação ao instrumento convocatório faz do edital ou do convite a lei interna de cada licitação, impondo-se a observância de suas regras à Administração Pública e aos licitantes, estes em face dela e em face uns dos outros, nada podendo ser exigido, aceito ou permitido além ou aquém de suas cláusulas e condições; o art. 41 da Lei nº 8.666/93 ilustra a extensão do princípio ao declarar que 'A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada', reconhecendo-se, no § 1º, a qualquer cidadão, legitimidade 'para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei...'"

CONCLUSÃO:

De acordo com os fatos apresentados acima, em concordância com o princípio da vinculação ao edital, solicitamos que seja mantida a classificação da empresa Arquimedes Automação e Informática Ltda uma vez que foram apresentadas alegações infundadas pela empresa DRIVE A INFORMÁTICA LTDA referente ao Item 01.

DO PEDIDO

Conforme exposto acima, solicitamos que seja indeferido o recurso apresentado, e que seja mantida nossa classificação para o item 01 e que dê sequência ao certame.

Diante de todo o exposto, requer digno-se V. Sa. Conhecer das razões do presente CONTRA-RECURSO ADMINISTRATIVO, o que, certamente manterá a classificação de nossa empresa ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA no item 01, eis que atendemos ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e dar sequência no processo, por medida de justiça!

Todavia, não sendo esse o entendimento de V. Sa., requer que sejam os autos remetidos à autoridade superior competente para que, após sua análise, defira os pedidos ora exarados.

Termos em que,

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2021

Arquimedes Automação e Informática Ltda
Danilo Sérgio Salles Teixeira
Representante Legal

Fechar